

## MARIA DE BELÉM ROSEIRA

---

*Maria Teresa Fonseca e Maria Teresa Santos*

Há quem acolha solicitações inaugurais. Acolhimento que abre caminho a uma mundividência de esperança. Solicitações para tecer, integrado na corrente do tempo, mais uma malha constitutiva da abertura e relacionalidade do mundo. Tal é a natureza da intervenção de alguns pioneiros. Dar-lhes destaque é tão somente acompanhar o novo percurso.

As entrevistas são o meio proposto para questionar directamente, solicitar esclarecimentos, fazer confrontações. E as entrevistas gratificantes são aquelas em que à pronta e fluida participação no jogo de perguntas e respostas acresce um clima de empatia, que faz esquecer o tempo, anula tensões e estimula a escuta. Ora é em tal modelo que se inscreve a entrevista feita à senhora deputada Maria de Belém Roseira, cujo nome ficará para sempre ligado à pasta da Igualdade, na qual foi pioneira em Portugal.

*Em que medida a senhora deputada, enquanto membro do XIV Governo e enquanto mulher contribuiu para a criação do Ministério da Igualdade?*

Eu não contribui para a criação do Ministério da Igualdade.

*Então como se explica a transição da senhora deputada, de Ministra da Saúde para Ministra da Igualdade?*

O facto de conhecer a área da saúde e de ter vivido muito tempo (quase trinta anos) ligada a todas as áreas sociais, onde se reflecte muito bem o custo das desigualdades. Há uma coisa muito nítida: os indicadores de saúde são aqueles que mais reflectem a expressão prática da iniquidade das desigualdades. São realmente as questões que se prendem com a vida ou com a morte, com a capacidade ou incapacidade, com a doença ou a saúde – portanto, os valores básicos fundamentais –, que melhor traduzem a desigualdade.

As situações de pobreza e as situações de ausência de educação mínima são sempre geradoras de enormes dependências a nível da saúde e geradores de indicadores de saúde muito piores relativamente à população mais evoluída e, portanto, quem convive com esta área sente bem a marca das desigualdades. É uma marca que, por um lado, traduz diferente dignidade em função de determinadas oportunidades de base e, por outro, faz sentir a importância da acção política para re-orientar investimentos no sentido de promover o desenvolvimento humano.

Não tenho ainda uma avaliação, na sequência do último Inquérito Nacional de Saúde, sobre as consequências das desigualdades, mas, só para dizer uma coisa elementar, de acordo com o Inquérito de 1993, o filho de uma mãe analfabeta tinha cinco vezes mais probabilidades de morrer no primeiro ano de vida que o filho de uma mãe licenciada. Isto reflecte bem como para uma coisa que é fundamental – o direito à vida – a formação, a habilitação, é importante. Portanto, é preciso retirar as pessoas da miséria, da exclusão e da ignorância.

Hoje em dia, que temos associado à globalização um processo de procura do lucro a todo o custo, de sublinhar o sucesso individual em detrimento do sucesso colectivo e do endeusamento do mercado em si, esquecendo as pessoas, estamos a construir um mundo assente em desigualdades. Realmente tem-se conseguido produzir mais riqueza mas essa riqueza está assimetricamente distribuída. As questões da desigualdade, que não estavam associadas a um comportamento mundial, pois cada país geria os seus próprios problemas sociais, são neste momento encaradas diferentemente. É necessário que cada país esteja atento às consequências de um processo contra o qual não pode lutar mas que a política tem de tentar orientar sob pena de provocar a destruição de uma série de pessoas.

*A motivação para a questão da Igualdade parece forte.*

Uma motivação forte e profunda, porque construída ao longo de muitos anos de reflexão sobre esta matéria e sobre as suas consequências.

*Que objectivos nortearam, no essencial, a actuação da Dra. Maria de Belém Roseira, no ministério da Igualdade?*

Houve essencialmente a preocupação de eleger duas áreas: uma delas a da Igualdade de Oportunidades entre mulheres e homens e outra a das Minorias Étnicas. Em Portugal estas constituem um problema específico que vem atingindo importância crescente à medida que aumentam os fluxos migratórios. Nas minorias étnicas temos os problemas globais

de discriminação e temos novamente os problemas específicos da igualdade de oportunidades, porque os problemas das minorias são sempre mais graves para as mulheres que para os homens.

Na área da Igualdade de Oportunidades fez-se um trabalho de articulação com públicos alvo, designadamente a juventude, e tentou-se identificar todas as articulações. Voltando um pouco atrás. Com a Plataforma de Pequim e com a adopção de uma metodologia de *mainstreaming* é evidente que a actuação tinha de ser transversal e, portanto, uma das coisas que se fez foi identificar as áreas de relacionamento entre cada ministério sectorial para promover uma política de articulação transversal que lutasse contra as desigualdades.

Outro aspecto que teve muito acompanhamento foi o da execução do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, algo indispensável como apetrechamento do ministério. O Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, que tem como objectivo transversal, a todas as intervenções operacionais e a todos os fundos estruturais, a construção da igualdade de oportunidades, obriga a apresentar em Bruxelas relatórios intercalares sobre os resultados obtidos nesse domínio. Portugal tem problemas estruturais graves face ao nosso atraso e tem problemas específicos derivados duma enorme assimetria litoral / interior, que só pode ser combatida com uma adequada utilização dos fundos estruturais.

*Falou de igualdade no quadro de uma promoção geral que afecta todos os indivíduos. Qual é o lugar dos homossexuais?*

A questão não esteve nas preocupações da criação do Ministério, mas foi uma área que solicitou o Ministério e que este acabou por abarcar. Fui bastante procurada pelas diversas associações e fez-se um trabalho de articulação. Aliás, a questão não me era indiferente, porque trabalhei na Saúde, no período que coincidiu com o aparecimento da Sida. A Sida foi uma das razões que levou a que a homossexualidade deixasse de ser a opção escondida para ser assumida ou, pelo menos, para anular a resistência que certas pessoas tinham em revelar a sua opção sexual. Uma das queixas dos doentes de Sida era a rejeição por parte da família, precisamente por causa da rejeição social. As famílias só apareciam para reivindicar bens, para os quais, na maioria das vezes, não tinham sequer contribuído. A questão do primado da herança em termos patrimoniais sobre o apoio à pessoa em vida sensibiliza muito, do ponto de vista de quem lida com estas pessoas pelo aspecto da saúde, sobre a hipocrisia das relações humanas. Portanto, alguém que tenha passado pela Saúde e tenha lidado com esta problemática não pode deixar de ficar sensível.

*Na questão da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, concretamente, que trabalho foi feito?*

Houve transferência da tutela da Comissão para a Igualdade, Trabalho e Emprego para a Ministra para a Igualdade, que foi um aspecto vital. É aí que na prática se consegue apurar quanto as desigualdades são estruturais.

Evidentemente que a tutela da CIDM também permitiu agarrar todas as áreas clássicas da discriminação: a violência, os factores de construção de desigualdade nos mais diversos campos (a educação, as mensagens subliminares dos livros escolares, ...), tudo o que são aspectos que reflectem a subjugação dos considerados mais fracos pelos mais fortes. Combater a cultura de supremacia de uns relativamente a outros e a cultura de que uns são objecto de propriedade de outros, algo que está profundamente enraizado no relacionamento entre as pessoas, designadamente, no seio da família, é essencial. Há pessoas que não têm liberdade e há outras que têm liberdade de se apropriar da liberdade dos outros. Esta disfunção é geradora de todos os comportamentos que acabam por se concretizar em falta de respeito pela dignidade das pessoas.

O facto de ter coincido a acção do ministério com a Presidência Portuguesa e com o ano de avaliação da Plataforma de Pequim deu-nos também uma grande responsabilidade em termos de articulação com a União Europeia e uma oportunidade de realizar dois seminários internacionais, um dirigido à campanha da Tolerância Zero relativamente à violência e outro no domínio da Igualdade de Oportunidades no Trabalho e Emprego, muito centrado na conciliação entre a vida privada e a vida profissional. Portanto, houve oportunidade de proceder à coordenação dos países da União Europeia no âmbito das Nações Unidas para efeitos de avaliação da Plataforma de Pequim.

Ainda se desenvolveu a elaboração da proposta de lei relativamente à paridade, porque os dois grandes pilares considerados como sustentáculos duma política que lute, de forma precisa e dirigida, contra a estruturalidade das desigualdades assenta na possibilidade de participar na política para que, efectivamente, a agenda política inclua matérias que são do interesse de metade da humanidade. Ora para que exista maior participação na política a conciliação é indispensável. Foi pena a falta de tempo para haver participação na política. As duas coisas estão ligadas e são pilares da política da União Europeia no domínio da construção da Igualdade de Oportunidades.

*Foi tão somente coincidência – uma grande coincidência – ter sido extinto o Ministério da Igualdade no momento em que terminava a presidência portuguesa?*

Houve uma coincidência mas não direi que tenha sido uma coincidência pensada. Foi a necessidade de uma reorganização do Governo que levou à extinção do Ministério, porque é sempre mais fácil extinguir aquilo que diz respeito às mulheres. A maioria daqueles que exprimem opinião política consideram os assuntos ligados às questões sobre Igualdade de Oportunidades entre mulheres e homens como ridículas ou, pelo menos, como não necessitando de intervenção dirigida, pois resolver-se-ão naturalmente. É claro que também se resolverão naturalmente, mas poderão demorar tantos anos como demorou a conquista do direito ao voto pelas mulheres.

*Sim, sente-se que não houve por parte dos círculos ligados ao poder uma verdadeira compreensão da importância deste Ministério, mesmo, provavelmente, quando o criaram.*

Para mim é muito claro que ao considerar-se algo como uma prioridade, independentemente da compreensão que as pessoas tenham, deve insistir-se nessa prioridade. Por exemplo, quando começaram a surgir as estruturas governamentais dirigidas ao ambiente também se considerou um assunto ridículo. Hoje afigura-se um assunto indispensável para a preservação do futuro. O mesmo para a Igualdade, embora a maioria das pessoas não avalie quão importante é contar com as competências associadas de homens e mulheres para construir o desenvolvimento de um país.

*O Ministério da Igualdade cruzava em vários campos com outros Ministérios. Basta pensarmos na Saúde, na Educação, no Emprego, por exemplo, para inventariar problemas que circulam por várias áreas e que requerem soluções concertadas. Como é que eram as relações com os outros Ministérios?*

Com o Emprego e a Educação as relações eram muito fáceis. Na altura o Dr. Guilherme de Oliveira Martins, enquanto Ministro da Presidência, detinha estas competências e, porque é uma pessoa com grande sensibilidade, quer por formação pessoal quer por investimento próprio, avaliou muito bem o impacto sobre as desigualdades. Portando, a prioridade política dada a programas como a *Educação para a Cidadania*, resultou de uma fácil articulação ao nível da intervenção ministerial.

Posso acrescentar que com a Juventude foi também fácil a articulação. O Secretário de Estado tinha uma enorme sensibilidade para esta matéria e é ao nível do público juvenil que se fazem as alterações mais rápidas. É um público aberto que apreende com mais facilidade e que vive uma realidade diferente em matéria de Igualdade. Não é um dado adquirido,

pois os estudos e as avaliações, designadamente no inquérito do INE sobre os usos do tempo, indicam que as raparigas continuam a ser sobrecarregadas com os trabalhos domésticos e os rapazes isentos deles, o que significa que se estão a perpetuar as desigualdades através da acção educativa familiar. Por outro lado, apesar de ser maior o número de raparigas na universidade e em cursos de tradição masculina, o que é um facto é que continuam a ser discriminadas no momento do emprego. Portanto, não é uma matéria sobre que se possa descansar.

Em relação à Saúde tive dificuldades. Incumbia-me acompanhar a avaliação de um programa interministerial no domínio do planeamento familiar e da educação sexual, mas o Ministério não forneceu os elementos. Com a Administração Interna foi muito fácil, porque o Ministro valorizava a participação das mulheres nas Forças de Segurança, como efeito positivo a nível do comportamento dos membros da própria Força e como imprescindível para o melhor atendimento das vítimas de violência. Esta valorização permitiu o desenvolvimento do programa Integrar para Humanização das Esquadras de Polícias que alterou radicalmente o atendimento das vítimas. Devo dizer que genericamente as relações foram boas.

*Então foi um erro a extinção do Ministério para a Igualdade?*

Costumo dizer que foi um erro e que o que se devia ter feito era algo diferente. Concretamente, afectar a área da Igualdade a áreas de outros ministérios. A primeira de entre elas seria a Juventude. Também a Família, pois é aí que se repetem, repercutem e reproduzem os modelos de desigualdade. E ainda o Secretariado Nacional de Reabilitação, uma vez que os deficientes são um público alvo no domínio da Igualdade de Oportunidades, particularmente o público feminino. Portanto, são áreas em relação às quais se ganharia se elas fossem afectas à tutela ministerial directa. Ganhar-se-ia na resolução mais rápida dos problemas.

*A propósito de ministérios, houve Ministério da Igualdade ou tão somente Ministra da Igualdade? Como sabe o assunto gerou polémica.*

Gerou polémica porque as pessoas neste país consideram que, segundo um modelo masculino de poder, um ministro é tanto mais importante quanto mais serviços dele dependerem ou quanto mais órgãos de apoio tiverem. Eu considero que um ministro é tanto mais importante quanto mais conseguir desenvolver acções de sucesso nas áreas dependentes da sua intervenção. É uma visão diferente do poder. Quando se diz que não era um ministério é porque um ministério clássico tem Direcções Gerais e Serviços de Apoio à sua própria estrutura, como as Secretarias Gerais, e esses organismos não estavam expressos. Ora

bem, num Ministério que tem como vocação a intervenção transversal é óbvio que esse tipo de serviços não são necessários. Aliás sempre estranhei que nunca ninguém pusesse em causa a existência de Ministros Adjuntos do Primeiro Ministro, que também não tinham ministério. Ninguém atacou essa orgânica de governo por essa via. Ora se a lógica de construção é outra não é necessário haver um ministério clássico. Tem, sim, de haver uma outra forma de trabalhar e de intervir. Contudo tinha Direcções Gerais dependentes e um Alto Comissariado sob sua tutela. Esse argumento foi uma tentativa de desvalorização com uma perspectiva muito provinciana de ver as coisas e, sobretudo, reflectindo uma enorme ignorância sobre o que podem ser hoje os modelos de orgânica do governo. Aliás, a ignorância é tanto mais atrevida quanto a simples análise da maioria dos governos dos países da União Europeia têm ministro para esta pasta. Se atendermos à Grã-Bretanha verifica-se que tem três ministras em função da sua especificidade: uma ministra só para a questão das mulheres, que é baronesa e faz a ligação com a Câmara dos Lordes; uma outra que acumula esta área com a questão da Igualdade e Emprego e faz a ligação com a Câmara dos Comuns; e outra ainda para as questões das mulheres em todo o *Commonwealth*, como é evidente. Nós sabemos que quanto mais desenvolvido é um país mais importante é conseguir valorizar o papel da mulher, porque mais rapidamente se atingem os indicadores básicos do desenvolvimento humano, que são os indicadores da saúde, da dignidade de vida e da educação.

*Essa ignorância da classe política reflecte uma incultura ou apenas falta de sensibilidade?*

Reflecte incultura e preconceito. As questões que dizem respeito às pessoas mais frágeis são sempre consideradas menores; questões que não importam a pessoas que exercem o poder porque o poder é deles. Ora o poder deve ser exercido ao serviço dos outros.

*Vamos pôr de parte as consequências éticas dessa ignorância, concretamente a responsabilidade para com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Vamos antes pedir algo menos discreto: um retrato do exercício de conciliação da vida familiar e profissional da Dra. Maria de Belém Roseira enquanto Ministra da Igualdade. Há uma receita?*

A receita é só uma: compreensão, por um lado, e sensibilidade, por outro. Sensibilidade por parte da família no sentido de considerarem que eu tenho o direito a fazer aquilo que gosto ou aquilo que é importante em dado momento. Portanto, de todos contribuírem para isso e de eu própria também contribuir, gerindo o melhor possível o tempo. Eu não tenho

tempo para uso pessoal como gostaria, porque tenho de compensar as minhas ausências na família. Ao fim e ao cabo, é a colaboração de todos para que todos se sintam bem. Em casa não há estratificação de tarefas, antes uma tentativa de compatibilização dos tempos e de gestão da agenda de cada um. Todos temos uma vida muito sobrecarregada mas tentamos encontrar espaços para estarmos juntos, que, afinal, são sempre espaços bons e de mais qualidade. Costumo dizer, e a ideia não é só minha, que uma mulher mais atenta e mais por dentro das questões do mundo é melhor companheira para um homem que queira uma mulher com quem possa conversar e não apenas uma mulher para exhibir ou ser doméstica. Também é melhor mãe porque atenta às potencialidades e vulnerabilidades do mundo.

Portanto, há compatibilidade possível mas exige-se uma postura evoluída. Não tenho a mínima das ilusões que um homem tradicional português não estaria disponível para aceitar a minha visibilidade pública, que é sempre invasora do espaço familiar, nem o tempo afecto a questões profissionais.

*Tem de concordar que a imagem pública da senhora deputada foi, enquanto Ministra da pasta da Saúde ou da Igualdade, a da 'Ministra do sorriso'. Isso gratifica-a?*

É o tal estar no poder no feminino. Não preciso de ter uma carantinha nem cara de pau, aliás eu não sou assim na minha vida pessoal nem privada. Há na vida muitos problemas que não conseguimos resolver. Impõem-se-nos. E se tivermos uma postura deprimida, de vencida e de irascibilidade, as coisas, que por vezes são complexas, transformam-se completamente. Uma abordagem com tranquilidade, com afabilidade, acaba por esbater muito daquilo que é determinado por tensões emocionais. Muitas pessoas criticaram-me por isso, mas é das tais críticas que considero elogio.

A visão do mundo é que temos de estar unidos para nos ajudarmos mutuamente e vencermos aquilo que efectivamente nos acontece, não por acção nossa, mas por acção que não podemos contrariar.

*Essa perspectiva decorre da ideia que o sofrimento é uma vivência que proporciona discernimento.*

Sim, de discernimento, de prioridades e de relativização. A distorção que foi feita sobre algumas afirmações minhas, é evidente que não foi nada agradável, mas foram insignificantes perante o que privilegio: um estar satisfeita comigo própria e de consciência tranquila e ter um ambiente familiar afectivo que corresponda a uma base sólida, indispensável para o nosso próprio equilíbrio.